

# CONCURSO PÚBLICO

## PREFEITURA MUNICIPAL VITÓRIA DO MEARIM-MA

### EDITAL 001/2025



## CARGO

### (COD - 04) – FISCAL DE TRIBUTOS

#### INSTRUÇÕES GERAIS

##### CONFERÊNCIA DO MATERIAL

Verifique se o caderno contém 40 questões (01 a 40) com alternativas de A a D. Caso identifique erro ou falha de impressão, notifique o fiscal imediatamente.

##### CARTÃO-RESPOSTA

Utilize apenas caneta esferográfica transparente (azul ou preta). Preencha integralmente o campo de resposta. Não rasure, não dobre e assine no local indicado (obrigatório).

##### CONDUTA

Mantenha silêncio e permaneça sentado. É proibido o uso de relógio, óculos escuros, boné ou similares.

##### TEMPO DE PERMANÊNCIA

- Saída sem o caderno: Permitida após 1 hora de prova.
- Saída com o caderno: Permitida apenas nos últimos 30 minutos de Prova.

**ENCERRAMENTO:** Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer em sala para assinar a ata e retirar-se juntos.

**INFORMAÇÕES:** Gabaritos e recursos disponíveis em [funatec.org.br](http://funatec.org.br).



**Texto 01**

**Brasileiros na Finlândia desabafam sobre viver no país mais feliz do mundo: enfrentam solidão, desemprego, invernos escuros, frios, depressão e pensam até em voltar para casa mesmo com toda segurança, dinheiro e benefícios sociais garantidos**

Há oito anos seguidos, a Finlândia ocupa o topo do ranking da ONU que mede a felicidade, combinando distribuição de renda, segurança social, confiança nas instituições e serviços públicos robustos. Para muitos brasileiros na Finlândia, no entanto, o país mais feliz do mundo é também cenário de silêncio intenso, relações sociais raras, invernos longos e escuros e um tipo de solidão que se instala mesmo quando a conta bancária e a segurança parecem sob controle.

Desde 2022, por exemplo, Aim tenta se adaptar à vida em Tampere, no centro do país, enquanto enfrenta a falta de luz de novembro, o desemprego e a dependência de auxílios do Estado. Outros brasileiros na Finlândia, como Maria em Helsinque e Gabriela, que decidiu voltar ao Brasil após quatro anos e meio, relatam que a estabilidade material não impediu a chegada da tristeza, da depressão e da vontade de ir embora.

A narrativa oficial fala de um país com segurança, igualdade, saúde pública universal, educação gratuita e uma rede de proteção social forte, capaz de garantir uma vida simples, porém digna, em contato permanente com a natureza.

Os índices de felicidade medem essa satisfação média, baseada menos na euforia e mais na estabilidade emocional e social.

Para muitos brasileiros na Finlândia, contudo, essa base segura convive com um cotidiano de paisagens cinzentas, poucas pessoas na rua, silêncio quase absoluto e uma vida social contida, distante da sociabilidade ruidosa e espontânea do Brasil. O artista Rafael traduz esse contraste em telas de cores discretas, onde predominam branco, cinza e um pouco de azul, ao associar a beleza da natureza local à presença constante da solidão e da saudade de outras terras. A experiência do professor Babel, que chegou em 2016 com a família e se tornou referência para famílias brasileiras em Helsinque, ilustra o impacto do silêncio. Ele descreve percursos de um quilômetro encontrando apenas uma pessoa com cachorro, num ambiente frio, escuro e quase sem ruído, até perceber um zumbido interno, resultado de um nível de quietude ao qual não estava acostumado. Ao longo dos anos, Babel percebeu que a sociedade finlandesa parece exigir dos imigrantes uma espécie de versão suavizada de si mesmos, menos expansiva, menos ruidosa, mais contida.

Muitos brasileiros na Finlândia relatam que passam a falar mais baixo, rir menos, evitar gestos que possam ser vistos como excessivos. Maria, que vive em Helsinque há três anos, teme perder justamente a sociabilidade que sempre considerou parte central de sua identidade, ao se ver rindo menos alto, fazendo menos piadas e calculando cada frase para não cometer gafes culturais. Essa adaptação constante, somada ao idioma difícil e ao clima, cria uma sensação de identidade em suspensão, como se uma parte da vida tivesse ficado congelada do lado de fora, no país de origem, enquanto o corpo tenta se encaixar em novas regras não ditas.

Apesar da boa fama do mercado de trabalho qualificado, o desemprego na Finlândia vive o maior patamar em 15 anos e atinge de forma mais dura os estrangeiros, segundo os relatos. Aim descobriu após a mudança que a ideia de conseguir emprego apenas com inglês não corresponde à realidade: mesmo na capital, Helsinque, encontrar um posto sem falar finlandês é muito difícil. Ela hoje está desempregada, vive com o auxílio estatal em torno de 500 a 600 euros, enquanto aprende o idioma e o marido cursa mestrado com uma bolsa menor que o benefício de desemprego. O casal consegue pagar as contas, mas vive com a perspectiva de que, se a sequência de trabalhos temporários e pedidos de auxílio se mantiver por dois, três ou cinco anos, talvez seja preciso deixar o país, mesmo gostando da segurança e da estrutura local.

Aos 42 anos, Maria também relata ter tido de se reinventar profissionalmente, voltando a estudar para poder trabalhar em outra área. Recomeçar a carreira após os 40, num mercado que valoriza a fluência em finlandês e exige requalificação completa, amplia a sensação de vulnerabilidade e de atraso de vida para alguns brasileiros na Finlândia.

Os relatos convergem em um ponto: o inverno. Meses com pouquíssima luz solar, temperaturas negativas, neve persistente e ruas vazias formam o cenário que muitos brasileiros associam à pior fase do ano. Em cidades pequenas no interior, como Kajaani, a paisagem é composta por florestas, poucos espaços urbanizados e uma sensação permanente de isolamento, com ruas vazias às 10h30 da manhã sob neve e sensação térmica abaixo de zero.

Gabriela, que viveu quatro anos e meio na Finlândia com o marido e a filha, decidiu voltar ao Brasil antes do Natal. Ela conta que nunca havia tido depressão no Brasil e entrou em um quadro depressivo profundo logo no primeiro inverno, repetido ano após

ano com a combinação de frio intenso, escuridão prolongada e sensação de solidão extrema. Ao final, concluiu que insistir em ficar já não fazia sentido, apesar da boa qualidade de vida e da segurança. A mesma lógica aparece na fala de outra brasileira que migrou com duas filhas pequenas para uma cidade de 36 mil habitantes no centro do país. A principal preocupação, diz ela, era como garantir o básico para as crianças, mas a ausência de comunidade pesa: entre uma cidade e outra, na paisagem de floresta, as relações de vizinhança são escassas e muitos moradores evitam até cruzar com o vizinho no corredor para não ter de trocar cumprimentos, o oposto do que o brasileiro aprende desde cedo.

A experiência dos brasileiros na Finlândia se entrelaça a um fenômeno global. A Organização Mundial da Saúde classifica a solidão como um problema de saúde pública, estimando que uma em cada seis pessoas no mundo se considera solitária, com impactos diretos sobre doenças cardiovasculares, acidentes vasculares cerebrais e declínio cognitivo. Calcula-se cerca de 100 mortes por hora associadas ao isolamento, além de prejuízos amplos à saúde mental. Reino Unido e Japão já criaram políticas específicas para enfrentar a solidão. Na Finlândia, quase 60 por cento da população afirma se sentir só, pelo menos de vez em quando, com relatos mais frequentes entre pessoas de menor renda. Quase 47 por cento dos domicílios do país são formados por pessoas que moram sozinhas, proporção muito maior que a do Brasil, onde os lares unipessoais não chegam a 20 por cento. Viver sozinho não é sinônimo automático de solidão, mas indica uma sociedade na qual a vida individualizada se tornou padrão.

Especialistas lembram que os finlandeses, em média, conseguem manter níveis de satisfação altos mesmo morando sozinhos, enquanto brasileiros podem estar habituados a outro patamar de vida social, com mais convivência e proximidade, o que torna a adaptação mais difícil. A solidão, explicam, é um sentimento que vai e vem, como fome ou sono, e pode aparecer até em ambientes cheios de gente, mas se torna mais aguda quando não há rede de apoio local.

Nem todos os brasileiros na Finlândia vivem o país da mesma forma. Alguns, que chegaram ainda no ensino médio ou na faculdade, dizem ter conseguido construir redes de amizade com finlandeses, colegas e famílias locais, sentindo-se acolhidos em bairros mais diversos e em cidades maiores como Helsinque. Para esses, a solidão aparece em momentos específicos, mas não domina o cotidiano.

Outros seguem em dúvida. Há quem, como Aim, aceite a proteção do Estado e o tempo para aprender o idioma, mas projete uma possível saída caso a instabilidade no trabalho persista por mais alguns anos. Há quem, como Gabriela, encerre o ciclo, organize malas e volte ao Brasil com a sensação de que a vida não cabe nos invernos longos e silenciosos. E há ainda quem permaneça, tentando equilibrar o conforto material, a natureza presente e o peso da saudade.

No fim, o país mais feliz do mundo pode ser, para diferentes brasileiros na Finlândia, tanto um laboratório de bem-estar social quanto um espelho ampliado das próprias fragilidades emocionais, expectativas de vida e necessidades de pertencimento, obrigando cada um a medir se a felicidade estatística compensa o custo íntimo da solidão.

*(Texto de autoria de Bruno Teles. Coluna Economia do Site Click Petróleo e Gás. Publicado em 16/12/2025).*

## As questões de 01 a 05 referem-se ao texto 01

### LÍNGUA PORTUGUESA

#### QUESTÃO - 01

A leitura atenta do texto permite concluir que a classificação da Finlândia como “país mais feliz do mundo” não é negada pelo autor, mas submetida a uma problematização complexa. Considerando o conjunto dos relatos apresentados, os dados institucionais citados e a forma como o conceito de solidão é desenvolvido ao longo do texto, assinale a alternativa que melhor sintetiza a posição global do autor:

- (a) A felicidade medida por indicadores sociais tende a ser ilusória quando aplicada a culturas distintas daquelas que a produzem.
- (b) A experiência dos estrangeiros na Finlândia demonstra que políticas públicas eficazes são suficientes para

garantir bem-estar emocional em sociedades individualizadas.

- (c) Os índices de felicidade refletem adequadamente a realidade finlandesa, mas expõem limites quando confrontados com expectativas afetivas e necessidades de pertencimento de determinados grupos.
- (d) a solidão, mais do que um fenômeno cultural, é consequência direta do clima, da baixa densidade populacional e do modelo urbano do país.

**QUESTÃO - 02**

Ao longo do texto, os relatos individuais de brasileiros são apresentados de forma reiterada e variada, envolvendo diferentes cidades, perfis profissionais e trajetórias familiares. Do ponto de vista argumentativo, essa multiplicidade de vozes cumpre principalmente a função de:

- (a) Evidenciar que, apesar de contextos distintos, há padrões recorrentes de experiência que tensionam a narrativa oficial de felicidade.
- (b) Comprovar estatisticamente a inadequação da Finlândia como destino migratório para brasileiros.
- (c) Substituir dados objetivos por narrativas pessoais, reforçando o caráter subjetivo da análise.
- (d) Demonstrar que os problemas relatados decorrem de escolhas individuais mal planejadas.

**QUESTÃO - 03**

A incorporação de dados da Organização Mundial da Saúde e de exemplos internacionais, como políticas adotadas no Reino Unido e no Japão, permite inferir que o autor pretende:

- (a) Diluir a especificidade da experiência finlandesa, tratando a solidão como um problema genérico.
- (b) Deslocar a responsabilidade do sofrimento individual para organismos internacionais.
- (c) Relativizar a gravidade da solidão ao demonstrar sua ampla incidência global.
- (d) Inserir os relatos dos brasileiros em um quadro mais amplo de transformações sociais contemporâneas.

**QUESTÃO - 04**

Quando o texto aborda a exigência implícita de comportamentos mais contidos por parte dos imigrantes — falar mais baixo, rir menos, evitar gestos expansivos —, não se trata apenas de um ajuste de etiqueta social. Considerando o conjunto da argumentação, essa adaptação é apresentada como:

- (a) Um processo natural e inevitável de amadurecimento pessoal.
- (b) Uma experiência potencialmente geradora de desgaste emocional e sensação de perda de si.
- (c) Uma forma de integração cultural sem impactos profundos na identidade.
- (d) Um requisito temporário, superado com o domínio do idioma finlandês.

**QUESTÃO - 05**

No desfecho do texto, ao afirmar que a Finlândia pode funcionar como “espelho ampliado das próprias fragilidades emocionais”, o autor sugere que a experiência migratória:

- (a) Revela limites pessoais que permaneceriam invisíveis em contextos mais familiares.
- (b) Cria fragilidades emocionais inexistentes no país de origem.
- (c) Convalida expectativas de felicidade baseadas em segurança material.
- (d) Confirma a incompatibilidade entre felicidade individual e bem-estar coletivo.

**QUESTÃO - 06**

No trecho a seguir, considerando a predominância do modo de construção do discurso e das vozes enunciativas:

“Maria pensou consigo mesma que talvez fosse melhor desistir, mas a voz da mãe ecoava em sua mente dizendo que os fracos não vencem.”

Esse fragmento caracteriza-se por:

- (a) Discurso direto com focalização externa e ausência de polifonia.
- (b) Discurso indireto, com focalização onisciente e ausência de polifonia.
- (c) Discurso direto livre, com focalização externa e polifonia implícita.
- (d) Discurso indireto, com focalização interna e presença de polifonia.

**QUESTÃO - 07**

Na frase “O projeto finalmente saiu do papel.”, o enunciador utiliza uma expressão idiomática cujo significado não corresponde ao sentido literal das palavras, mas ao valor semântico atribuído pelo uso. Considerando o efeito de sentido produzido e a finalidade comunicativa do enunciado, o sentido predominante e a função da linguagem são, respectivamente:

- (a) Denotativo – referencial.
- (b) Conotativo – emotiva.
- (c) Conotativo – referencial.
- (d) Denotativo – poética.

**QUESTÃO - 08**

Assinale a alternativa em que o termo destacado estabelece coesão referencial anafórica:

- (a) Chegamos cedo, porque o trânsito estava leve.
- (b) Os alunos estudaram muito. Eles sabiam da importância da prova.
- (c) Quando o sinal tocou, todos saíram.
- (d) O livro cujo autor desconheço foi premiado.

**QUESTÃO - 09**

No verso: “E agora, José?”, o principal recurso expressivo e o fenômeno textual predominante são:

- (a) Metonímia e paráfrase.
- (b) Metáfora e paródia.
- (c) Apóstrofe e intertextualidade.
- (d) Ironia e citação direta.

**QUESTÃO - 10**

A frase “A gente vai resolver isso amanhã.” emprega, segundo a norma culta e os estudos de variação linguística:

- (a) Uso incorreto de pronome pessoal, típico de dialeto regional.
- (b) Registro formal com sujeito indeterminado.
- (c) Linguagem técnica de caráter especializado.
- (d) Uso coloquial legitimado pela norma padrão contemporânea.

**QUESTÃO - 11**

Na palavra INFELIZMENTE, a estrutura morfológica e a classe gramatical são:

- (a) Prefixação + sufixação / advérbio.
- (b) Derivação regressiva / adjetivo.
- (c) Composição por justaposição / advérbio.
- (d) Derivação imprópria / substantivo.

**QUESTÃO - 12**

Em “Entreguei-lhe o documento que você solicitou.”, o pronome LHE exerce a função sintática de:

- (a) Objeto direto.
- (b) Complemento nominal.
- (c) Objeto indireto.
- (d) Adjunto adnominal.

**QUESTÃO - 13**

O período “Quando o juiz chegou, a plateia silenciou e o réu se levantou.” apresenta:

- (a) Uma oração subordinada adjetiva e duas coordenadas sindéticas.

- (b) Uma subordinada adverbial temporal e duas orações coordenadas assindéticas.
- (c) Duas subordinadas adverbiais e uma coordenada explicativa.
- (d) Três orações coordenadas sindéticas.

**QUESTÃO - 14**

Assinale a alternativa correta segundo o Acordo Ortográfico:

- (a) anti-inflamatório / micro-ondas / bem-vindo
- (b) antiinflamatório / microondas / bem-vindo
- (c) anti-inflamatório / microondas / bem vindo
- (d) antiinflamatório / micro-ondas / bem vindo

**QUESTÃO - 15**

Assinale a alternativa plenamente correta:

- (a) Assistimos a uma peça magnífica.
- (b) Cheguei à uma conclusão definitiva.
- (c) Obedecemos a as regras impostas.
- (d) Ela prefere mais estudar do que trabalhar

**RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO****QUESTÃO - 16**

No estudo da Lógica Matemática, os princípios fundamentais garantem que proposições possam ser analisadas de forma precisa e sem contradições. Um desses princípios é o princípio da identidade, indispensável para a estabilidade do raciocínio lógico-formal.

O princípio citado estabelece corretamente que:

- (a) Uma proposição lógica pode, em situações excepcionais, assumir valores lógicos distintos de verdadeiro ou falso.
- (b) Uma proposição lógica que é verdadeira permanece verdadeira, e uma proposição lógica que é falsa permanece falsa, enquanto se mantiverem as mesmas condições.
- (c) Toda proposição lógica deve assumir exclusivamente um dos valores verdadeiro ou falso, sendo vedada qualquer terceira possibilidade.
- (d) Uma proposição lógica não pode ser simultaneamente verdadeira e falsa, sob pena de violar a coerência do sistema lógico.

**QUESTÃO - 17**

Em um dia de campanha promocional, um estabelecimento comercial realizou a venda de um conjunto de produtos, todos com preços previamente tabelados e sem variação ao longo do dia. Ao final do expediente, o relatório de vendas indicou que:

- Foram vendidos 3 produtos ao preço unitário de R\$ 15,00
- Foram vendidos 9 produtos ao preço unitário de R\$ 8,00
- Foram vendidos 11 produtos ao preço unitário de R\$ 19,00
- Foram vendidos 5 produtos ao preço unitário de R\$ 12,00

Sabendo-se que os valores unitários permaneceram constantes durante todo o período e considerando a totalidade dos produtos vendidos, assinale a alternativa que representa corretamente a mediana dos preços das vendas nesse dia.

- (a) R\$ 14,50
- (b) R\$ 12,00
- (c) R\$ 15,00
- (d) R\$ 13,50

**QUESTÃO - 18**

Um investidor realizou uma aplicação financeira no valor de R\$ 1.200.000,00, pelo prazo de 4 meses, a uma taxa de 4% ao mês, sob o regime de capitalização composta. Ao término desse período, o investidor resgatou o montante total da aplicação.

Em seguida, ele reaplicou integralmente o capital inicial e destinou exclusivamente o rendimento obtido na primeira aplicação para seus 8 netos, dividindo esse valor em partes exatamente iguais.

Desprezando impostos, taxas administrativas ou qualquer outro encargo financeiro, assinale a alternativa que indica, aproximadamente, o valor recebido por cada neto.

- (a) R\$ 25.478,78
- (b) R\$ 25.418,81
- (c) R\$ 25.488,80
- (d) R\$ 25.441,10

**QUESTÃO - 19**

Observe a seguinte sequência lógica:

(2; 5; x; 17; 26; y; 50)

Assinale a assertiva que apresenta respectivamente os valores corretos de x e y.

- (a) 11 e 32
- (b) 13 e 28
- (c) 8 e 29
- (d) 10 e 37

**QUESTÃO - 20**

Assinale corretamente a negação da seguinte proposição lógica.

“João é bom em matemática se, e somente se, Maria é boa em português.”

- (a) João é bom em matemática e Maria não é boa em português ou João não é bom em matemática e Maria é boa em português.
- (b) João é bom em matemática e Maria é boa em português ou João não é bom em matemática e Maria é boa em português.
- (c) João não é bom em matemática e Maria não é boa em português ou João é bom em matemática e Maria não é boa em português.
- (d) João não é bom em matemática se, e somente se, Maria não é boa em português.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****QUESTÃO - 21**

No contexto dos novos princípios orientadores da Reforma Tributária, determinados vetores normativos passaram a desempenhar papel central na reorganização do sistema tributário nacional, buscando não apenas eficiência arrecadatória, mas também coerência federativa, justiça fiscal e alinhamento a objetivos extrafiscais. Considerando esse contexto, assinale a alternativa que corretamente associa o princípio à sua finalidade predominante.

- (a) O princípio da Transparência objetiva a redução do número de tributos e a unificação de regras, com vistas à diminuição da complexidade do sistema tributário.
- (b) O princípio da Cooperação fundamenta a utilização da tributação como instrumento de indução de comportamentos ambientalmente sustentáveis, por meio de incentivos e desincentivos fiscais.
- (c) O princípio da Justiça Tributária orienta a distribuição da carga tributária de forma mais equilibrada, levando em consideração a capacidade contributiva dos sujeitos passivos.
- (d) O princípio da Simplicidade tem por finalidade assegurar que o contribuinte conheça, de forma clara e detalhada, os tributos incidentes sobre suas operações e o montante efetivamente recolhido.

**QUESTÃO - 22**

Determinada exação instituída no âmbito da Reforma Tributária apresenta as seguintes características: é de competência da União, possui função predominantemente extrafiscal, com finalidade de desestimular o consumo de produtos considerados prejudiciais, incide de forma monofásica ao longo da cadeia econômica, adota método de cálculo “por fora”, não integrando o próprio tributo à sua base de cálculo, e encontra-se submetida simultaneamente às anterioridades anual e nonagesimal.

À luz dessas características, assinale a alternativa que corretamente identifica o tributo a que o enunciado se refere.

- (a) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)
- (b) Imposto Seletivo (IS)
- (c) Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)
- (d) Imposto Sobre bens e Serviços (IBS)

**QUESTÃO - 23**

A Constituição Federal, ao disciplinar a gestão do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estabeleceu um modelo inovador de exercício de competências administrativas pelos entes subnacionais, concentrando determinadas atribuições em um órgão específico. À luz da Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa que expressa corretamente o alcance das competências administrativas atribuídas ao Comitê Gestor do IBS, exercidas de forma integrada por Estados, Distrito Federal e Municípios.

- (a) Compete ao Comitê Gestor do IBS editar regulamento único, uniformizar a interpretação da legislação do imposto, arrecadar e distribuir a receita entre os entes federativos, bem como decidir o contencioso administrativo, observados os termos constitucionais e da lei complementar.
- (b) Compete ao Comitê Gestor do IBS exclusivamente arrecadar o imposto e distribuir o produto da arrecadação, permanecendo a regulamentação e o julgamento do contencioso administrativo sob a competência legislativa e administrativa de cada ente federativo.
- (c) Compete ao Comitê Gestor do IBS editar normas gerais sobre o imposto, arrecadar e fiscalizar a exação, bem como julgar o contencioso administrativo, independentemente de previsão em lei complementar.
- (d) Compete ao Comitê Gestor do IBS exercer função meramente consultiva, cabendo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de forma descentralizada, a regulamentação, a arrecadação e a solução do contencioso administrativo do imposto.

**QUESTÃO - 24**

A Emenda Constitucional nº 132/2023 disciplinou a composição da instância máxima de deliberação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estabelecendo regras específicas quanto à participação dos entes federativos. Com base no texto constitucional, julgue os itens a seguir.

- I. A instância máxima de deliberação do Comitê Gestor do IBS será composta por 54 membros, sendo 27 representantes dos Estados e do Distrito Federal e 27 representantes do conjunto dos Municípios e do Distrito Federal.
  - II. Os 27 representantes do conjunto dos Municípios e do Distrito Federal serão escolhidos integralmente com base em votação ponderada pela população de cada Município.
  - III. A representação municipal na instância máxima de deliberação do Comitê Gestor do IBS combina critérios de igualdade formal entre os Municípios e de ponderação populacional.
  - IV. O Distrito Federal participa da instância máxima de deliberação do Comitê Gestor do IBS tanto na representação dos Estados quanto na representação do conjunto dos Municípios.
- Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, utilizando (C) para correto e (E) para errado.

- (a) C – E – C – C
- (b) C – C – E – C
- (c) E – E – C – C
- (d) C – E – E – C

**QUESTÃO - 25**

O Código Tributário Nacional (CTN), ao disciplinar o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF), estabelece critérios específicos para a determinação de sua base de cálculo, variáveis conforme a natureza da operação tributada. À luz do CTN, assinale a alternativa que corretamente identifica a base de cálculo aplicável às respectivas operações.

- (a) Nas operações de crédito, a base de cálculo corresponde exclusivamente ao valor principal da obrigação; nas operações de câmbio, ao valor da moeda estrangeira negociada; e, nas operações de seguro, ao valor da indenização contratada.
- (b) Nas operações de crédito, a base de cálculo corresponde ao montante da obrigação, compreendendo o principal e os juros; nas operações de câmbio, ao montante em moeda nacional recebido, entregue ou posto à disposição; e, nas operações de seguro, ao montante do prêmio.
- (c) Nas operações de crédito, a base de cálculo corresponde ao valor total financiado, excluídos os encargos financeiros; nas operações de câmbio, ao valor nominal do contrato celebrado; e, nas operações de seguro, ao capital segurado.
- (d) Nas operações de crédito, câmbio e seguro, a base de cálculo é uniforme e corresponde ao valor econômico da operação, apurado segundo critérios definidos em regulamento infralegal.

**QUESTÃO - 26**

O Código Tributário Nacional (CTN) disciplina a contribuição de melhoria como espécie tributária vinculada à realização de obras públicas que resultem em valorização imobiliária. À luz do CTN, assinale a alternativa que expressa corretamente os limites jurídico-tributários aplicáveis à instituição e à cobrança da contribuição de melhoria.

- (a) A contribuição de melhoria pode ser instituída exclusivamente pela União e pelos Estados, tendo como limite total o custo estimado da obra pública e como limite individual o valor venal do imóvel beneficiado.
- (b) A contribuição de melhoria é instituída para custear obras públicas independentemente de valorização imobiliária, sendo o limite total fixado por lei e o limite individual definido discricionariamente pela administração tributária.
- (c) A contribuição de melhoria tem como fato gerador a execução da obra pública, sendo o valor devido proporcional à área do imóvel beneficiado, respeitado

apenas o limite global correspondente à arrecadação necessária ao financiamento da obra.

- (d) A contribuição de melhoria pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, destinando-se a fazer face ao custo de obras públicas que acarretem valorização imobiliária, observando como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor decorrente da obra para cada imóvel beneficiado.

**QUESTÃO - 27**

O Código Tributário Nacional (CTN) estabelece critérios específicos para a integração da legislação tributária, a serem utilizados pela autoridade competente na ausência de disposição expressa. À luz do CTN, assinale a alternativa que corretamente reflete a ordem sucessiva e hierarquizada dos instrumentos de integração da legislação tributária na ausência de disposição expressa.

- (a) Princípios gerais de direito público, analogia, princípios gerais de direito tributário e equidade.
- (b) Analogia, princípios gerais de direito tributário, princípios gerais de direito público e equidade.
- (c) Equidade, princípios gerais de direito público, princípios gerais de direito tributário e analogia.
- (d) Analogia, equidade, princípios gerais de direito público e princípios gerais de direito tributário.

**QUESTÃO - 28**

O Código Tributário Nacional (CTN) consagra, no âmbito do direito tributário sancionador, regra específica de interpretação das normas que definem infrações ou cominam penalidades. De acordo com o CTN, assinale a alternativa que corretamente identifica as hipóteses em que, havendo dúvida, a interpretação da lei tributária deve ser realizada da maneira mais favorável ao acusado.

- (a) Apenas nas hipóteses de dúvida quanto à capitulação legal do fato e à autoria, imputabilidade ou punibilidade, excluídas as circunstâncias materiais e a natureza da penalidade.
- (b) Em qualquer hipótese de dúvida interpretativa da legislação tributária, inclusive quanto à definição do fato gerador e à identificação do sujeito passivo da obrigação principal.
- (c) Exclusivamente nas hipóteses de dúvida quanto à natureza da penalidade aplicável, vedada a aplicação do critério favorável ao acusado em relação à definição do fato ou de sua autoria.
- (d) Nas hipóteses de dúvida quanto à capitulação legal do fato, à natureza ou às circunstâncias materiais do fato ou à extensão de seus efeitos, à autoria, imputabilidade ou punibilidade, bem como à natureza ou à graduação da penalidade aplicável.

**QUESTÃO - 29**

O Código Tributário Nacional define o sujeito passivo da obrigação tributária principal e estabelece distinção conceitual entre contribuinte e responsável. Com base no CTN, assinale a alternativa que corretamente expressa essa diferenciação jurídica.

- (a) Contribuinte é a pessoa indicada em lei para recolher o tributo, ainda que não possua relação direta com o fato gerador, enquanto responsável é aquele que pratica o fato gerador da obrigação tributária.
- (b) Sujeito passivo da obrigação principal é exclusivamente a pessoa obrigada ao pagamento de tributo, não se incluindo aquele obrigado ao pagamento de penalidade pecuniária.
- (c) Contribuinte é a pessoa que possui relação pessoal e direta com a situação que constitui o fato gerador, ao passo que responsável é aquele que, sem ser contribuinte, tem obrigação de pagar o tributo ou a penalidade pecuniária por força de disposição expressa de lei.
- (d) Responsável é a pessoa que possui relação pessoal e direta com o fato gerador, enquanto contribuinte é aquele cuja obrigação decorre exclusivamente de previsão legal específica.

**QUESTÃO - 30**

O Código Tributário Nacional (CTN) disciplina a capacidade tributária passiva, estabelecendo hipóteses de determinadas condições pessoais ou jurídicas. À luz do CTN, julgue os itens a seguir.

I. A capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais, razão pela qual o absolutamente incapaz pode figurar como sujeito passivo da obrigação tributária.

II. A submissão da pessoa natural a medidas que restrinjam ou suprimam o exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou a administração direta de seus bens, não afasta sua capacidade tributária passiva.

III. A capacidade tributária passiva da pessoa jurídica pressupõe sua regular constituição formal, com registro nos órgãos competentes, sendo insuficiente a mera configuração de unidade econômica ou profissional.

IV. Para fins de capacidade tributária passiva, é irrelevante que a pessoa jurídica esteja irregularmente constituída, desde que configure unidade econômica ou profissional.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, considerando (C) para correto e (E) para errado.

- (a) C – C – E – C
- (b) C – E – E – C
- (c) E – C – E – C
- (d) C – C – C – E

**QUESTÃO - 31**

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece condicionantes para a caracterização da responsabilidade na gestão fiscal, vinculando-a ao adequado exercício da competência tributária pelos entes federativos. À luz dessa legislação, assinale a alternativa que corretamente expressa as consequências jurídicas do descumprimento, pelo ente federativo, do dever de instituir, prever e efetivamente arrecadar os impostos de sua competência constitucional.

- (a) O descumprimento do dever de instituir e arrecadar tributos acarreta apenas responsabilização pessoal do gestor, não produzindo efeitos sobre o recebimento de transferências voluntárias.
- (b) A vedação à realização de transferências voluntárias aplica-se ao ente federativo que não observar a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os impostos de sua competência constitucional.
- (c) A sanção de vedação às transferências voluntárias incide somente quando o ente deixar de instituir taxas e contribuições de melhoria, não alcançando os impostos.
- (d) A restrição às transferências voluntárias depende de prévia declaração judicial de irregularidade na gestão fiscal do ente federativo.

**QUESTÃO - 32**

A Lei de Responsabilidade Fiscal define e delimita o conceito de despesa obrigatória de caráter continuado, estabelecendo critérios objetivos para sua caracterização no âmbito da gestão fiscal dos entes federativos. Com base nessa norma, assinale a alternativa que corretamente identifica os elementos essenciais para o enquadramento de determinada despesa como obrigatória de caráter continuado.

- (a) Despesa corrente decorrente de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo, que imponha ao ente obrigação legal de execução por período superior a dois exercícios.
- (b) Despesa de capital instituída por lei formal, cuja execução se estenda por prazo indeterminado, independentemente do número de exercícios financeiros.
- (c) Despesa corrente resultante exclusivamente de contrato administrativo, cuja vigência ultrapasse dois exercícios financeiros consecutivos.
- (d) Despesa de qualquer natureza criada por decisão judicial transitada em julgado, desde que produza efeitos financeiros permanentes.

**QUESTÃO - 33**

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites objetivos para a despesa total com pessoal, vinculando-os à receita corrente líquida de cada ente federativo, como instrumento de controle do equilíbrio fiscal. Com base nessa lei, assinale a alternativa que corretamente expressa os limites máximos da despesa total com pessoal, considerados por ente da Federação e por período de apuração.

- (a) A despesa total com pessoal não poderá exceder 50% da receita corrente líquida da União, 60% da dos Estados e 60% da dos Municípios.
- (b) A despesa total com pessoal não poderá exceder 60% da receita corrente líquida da União, 50% da dos Estados e 50% da dos Municípios.
- (c) A despesa total com pessoal deverá observar limite uniforme de 60% da receita corrente líquida para todos os entes da Federação.
- (d) A despesa total com pessoal poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, desde que haja autorização legislativa específica e compensação financeira posterior.

**QUESTÃO - 34**

A Lei de Responsabilidade Fiscal disciplina mecanismos de controle e recondução da dívida consolidada dos entes federativos, estabelecendo prazos e percentuais mínimos de ajuste quando ultrapassados os limites legais. À luz da legislação citada, assinale a alternativa que corretamente descreve o procedimento a ser observado caso a dívida consolidada de um ente da Federação exceda o respectivo limite ao final de um quadrimestre.

- (a) A dívida consolidada deverá ser imediatamente reduzida ao limite legal no quadrimestre subsequente, sob pena de responsabilização automática do gestor.
- (b) A dívida consolidada deverá ser reconduzida ao respectivo limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, com redução de, no mínimo, 25% do excedente já no primeiro quadrimestre.
- (c) A dívida consolidada poderá permanecer acima do limite por até três exercícios financeiros completos, desde que haja autorização do Senado Federal.
- (d) A recondução da dívida consolidada ao limite legal dependerá de prévia aprovação legislativa e não exige redução mínima no primeiro quadrimestre.

**QUESTÃO - 35**

A Lei de Licitações nº 14.133/2021 define a concorrência como modalidade licitatória aplicável à contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, admitindo diferentes critérios de julgamento, conforme a natureza do objeto e o interesse da Administração. Com base nessa legislação, assinale a alternativa que corretamente identifica um critério de julgamento expressamente previsto para a modalidade concorrência.

- (a) Menor oferta econômica global, apurada a partir da combinação de preço e capacidade financeira do licitante.
- (b) Maior vantagem administrativa, aferida segundo parâmetros discricionários do edital.
- (c) Melhor proposta integrada, considerada a solução mais vantajosa sob múltiplos aspectos.
- (d) Técnica e preço.

**QUESTÃO - 36**

A Lei de Licitações nº 14.133/2021 estabelece objetivos expressos a serem observados em todo processo licitatório, orientando a atuação da Administração Pública desde a fase interna até a execução contratual. À luz dessa legislação, assinale a alternativa que corretamente corresponde a um objetivo do processo licitatório.

- (a) Assegurar a seleção da proposta mais barata, independentemente da análise do ciclo de vida do objeto contratado.
- (b) Garantir a ampla liberdade de negociação direta entre a Administração e os licitantes, como forma de maximizar a eficiência administrativa.
- (c) Evitar contratações com sobrepreço, preços manifestamente ineqüíveis e superfaturamento na execução dos contratos.
- (d) Priorizar exclusivamente o desenvolvimento econômico local, ainda que em detrimento da isonomia entre os licitantes.

**QUESTÃO - 37**

A Lei Orgânica do Município de Vitória do Mearim disciplina o processo de emenda ao seu texto, estabelecendo os legitimados para a iniciativa da proposta de emenda. Com base nessa legislação, assinale a alternativa que corretamente identifica os sujeitos legitimados para propor emenda à Lei Orgânica Municipal.

- (a) Um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; o Prefeito Municipal; e a iniciativa popular.
- (b) A maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal; o Prefeito Municipal; e o Conselho Municipal de Participação Popular.
- (c) O Prefeito Municipal; o Vice-Prefeito; e, mediante requerimento, qualquer cidadão eleitor do Município.
- (d) Um terço dos membros da Câmara Municipal; exclusivamente o Prefeito Municipal; vedada a iniciativa popular.

**QUESTÃO - 38**

A Lei Orgânica do Município de Vitória do Mearim estabelece matérias que devem ser obrigatoriamente disciplinadas por lei complementar, em razão de sua relevância estrutural para a organização administrativa e normativa municipal. À luz da legislação citada, assinale a alternativa que corretamente identifica uma matéria que deve ser objeto de lei complementar municipal.

- (a) Lei que institui taxas e contribuições de melhoria.
- (b) Plano Plurianual e diretrizes orçamentárias.
- (c) Código Tributário Municipal.
- (d) Autorização para abertura de créditos adicionais suplementares.

**QUESTÃO - 39**

A Lei Orgânica do Município de Vitória do Mearim disciplina o procedimento legislativo municipal, conferindo ao Prefeito prerrogativas específicas quanto à tramitação de proposições de sua iniciativa. Baseando-se nessa lei, assinale a alternativa que corretamente expressa os efeitos jurídicos do pedido de urgência formulado pelo Prefeito Municipal para a apreciação de projetos considerados relevantes.

- (a) O Prefeito Municipal pode solicitar urgência para projetos de sua iniciativa, hipótese em que a Câmara Municipal deverá apreciá-los no prazo máximo de 30 dias.
- (b) O pedido de urgência do Prefeito Municipal aplica-se a qualquer projeto legislativo, independentemente de sua iniciativa ou relevância, impondo apreciação imediata pela Câmara Municipal.

- (c) A solicitação de urgência pelo Prefeito Municipal autoriza a aprovação tácita do projeto caso não haja deliberação no prazo de 30 dias.
- (d) O pedido de urgência do Prefeito Municipal suspende automaticamente a tramitação de todos os demais projetos em curso na Câmara Municipal.

**QUESTÃO - 40**

A Lei Orgânica do Município de Vitória do Mearim disciplina o procedimento de sanção dos projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal, estabelecendo prazos específicos e os efeitos jurídicos da inérvia do Chefe do Poder Executivo. À luz dessa legislação, assinale a alternativa que corretamente descreve o rito e as consequências do decurso de prazo para sanção.

- (a) O projeto de lei aprovado pela Câmara será enviado ao Prefeito no prazo de 10 dias úteis, que deverá sancioná-lo em até 15 dias corridos, sendo que o silêncio do Prefeito implica voto tácito.
- (b) O projeto de lei aprovado será encaminhado ao Prefeito pelo Presidente da Câmara em até 10 dias úteis; concordando, o Prefeito deverá sancioná-lo no prazo de 15 dias úteis, e o silêncio nesse prazo importa em sanção.
- (c) O projeto de lei aprovado será encaminhado ao Prefeito em até 10 dias corridos, devendo este sancioná-lo ou vetá-lo em 15 dias úteis, sob pena de arquivamento automático.
- (d) O silêncio do Prefeito no prazo de 15 dias úteis caracteriza omissão constitucional, não produzindo qualquer efeito jurídico sobre o projeto de lei aprovado.